

# CONTRIBUIÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE DE ALUNOS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

## CONTRIBUTIONS TO THE VALUE OF THE WORK OF THE STUDENT ASSISTANT AT THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ

Andreza Seixas<sup>1</sup> Wilson Lemos Junior<sup>2</sup> 

**Resumo:** Essa pesquisa visa contribuir para a valorização do trabalho do Assistente de Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). O objetivo da pesquisa é apresentar e analisar a concepção das atribuições do cargo de Assistente de Alunos como forma de valorizar seu papel significativo na formação do estudante do IFPR, por meio da visão desses servidores e dos diretores gerais, diretores de ensino, pesquisa e extensão dos *campi* do IFPR. O trabalho ocorreu por meio de análises das respostas dos Assistentes de Alunos, das análises documentais (leis, normativas, manuais, etc.) e do referencial bibliográfico sobre o tema. Buscou-se relacionar as atribuições desenvolvidas, a prática e o conhecimento profissional dos Assistentes de Alunos dos *campi* do IFPR, por meio da coleta de dados, com a aplicação de questionário semiaberto aos envolvidos na pesquisa. Justifica-se o trabalho pela convivência dos pesquisadores com colegas do cargo em questão, pela existência de poucos trabalhos sobre o tema e pela grande relevância desse cargo na organização psicopedagógico-social das instituições de ensino. Utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo, com análises qualitativas para entender o espaço educacional que os Assistentes de Alunos ocupam no IFPR e seu papel na transformação do ser humano. A partir da concepção de que todos na escola são educadores, o presente artigo traz a importância deste servidor e os conflitos que envolvem suas atribuições.

**Palavras-chave:** Assistente de alunos. Organização escolar. Atribuições. Instituto Federal do Paraná.

**Abstract:** This research aims to contribute to the appreciation of the work of Student Assistants at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraná (IFPR). The objective of the research is to present and analyze the conception of the duties of the Student Assistant position as a way of valuing its significant role in the training of IFPR students, through the vision of these employees and the general directors, directors of teaching, research and extension of the IFPR campuses. The work occurred through analysis of Student Assistants' responses, document analyzes (laws, regulations, manuals, etc.) and bibliographic references on the topic. We sought to relate the tasks developed, the practice and professional knowledge of Student Assistants on the IFPR campuses, through data collection, with the application of a semi-open questionnaire to those involved in the research. The work is justified by the

---

<sup>1</sup>Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). *E-mail:* andreza.seixas@ifpr.edu.br

<sup>2</sup>Doutor em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), Campus Curitiba. *E-mail:* wilson.lemos@ifpr.edu.br

researchers' coexistence with colleagues in the position in question, by the existence of few studies on the topic and by the great relevance of this position in the psychopedagogical-social organization of educational institutions. The content analysis methodology was used, with qualitative analyzes to understand the educational space that Student Assistants occupy at IFPR and their role in the transformation of human beings. Based on the idea that everyone at school is an educator, this article highlights the importance of this employee and the conflicts that involve his duties.

**Keywords:** Student assistant. School Organization. Responsibilities. Federal Institute of Paraná.

# 1 INTRODUÇÃO

Compreender o verdadeiro papel da escola na formação integral do estudante é imprescindível para se conceber uma sociedade igualitária e comprometida com o desenvolvimento intelectual, cultural, social e econômico de todos os cidadãos, muitas vezes contrariando a realidade educacional do país.

Uma coisa é certa: as escolas estão aí, são nelas que estão matriculados os filhos das camadas médias e pobres da população, e é questão de justiça que atendam, do melhor modo possível, aos direitos de todos a uma educação de boa qualidade, apta a preparar os alunos para a empregabilidade, a participar da vida política e cultural e a desenvolver capacidade reflexiva para atuar e transformar a realidade social (Libâneo, 2018, p. 17).

Esse papel social da escola se dá quando todos os seus funcionários sentem que são pertencentes ao processo educativo e são considerados educadores. “Professores, funcionários, assim como os diretores, os coordenadores, são e devem ser todos educadores, com funções distintas” (Monlevade, 2005, p. 67).

A equipe pedagógica das instituições tem papel fundamental nessa transformação. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), a equipe pedagógica é lotada no setor da Seção Pedagógica e Assuntos Estudantis (SEPAE).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve contribuir para a preparação dos jovens e estudantes para o mundo do trabalho e aos aspectos que contribuem para a integralidade de seu desenvolvimento como cidadão esclarecido e ativo na sociedade. As concepções pedagógicas, que devem guiar os trabalhos na EPT, são temas de constantes discussões que compreendem também o trabalho dos membros envolvidos no percurso.

O IFPR se dedica a promover a democratização do conhecimento, a formação humana, contribuindo para uma equidade econômica, cultural e social da região em que está inserido.

No IFPR há vinte e oito unidades, sendo constituído por *campi* avançados, centro de referências e *campi*. Esta pesquisa se concentrou nos

vinte *campi* da instituição devido ao organograma institucional em que o setor SEPAE faz parte. Durante a pesquisa, utilizou-se o termo escola para se referir ao IFPR, pois se considera aqui a definição de Libâneo, que “as escolas são, portanto, organizações, e nela sobressai a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana” (2018, p. 87).

Para alcançar essa educação emancipatória, é essencial uma transformação no olhar e nas atribuições significativas para os setores de ensino. No decorrer da pesquisa, o enfoque é no setor da SEPAE que está subordinado à Coordenadoria de Ensino/Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão/Diretoria-Geral dos *campi*. A SEPAE é composta por uma equipe multiprofissional, para dar suporte aos estudantes e docentes nos processos de ensino e aprendizagem, considerando os aspectos pedagógicos, sociais, psicológicos e de necessidades específicas.

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, considerando a relevância dos debates pedagógicos e entendendo que há grandes obstáculos que devem ser superados para ocorrer a educação plena das pessoas, além de ser resultado de algumas reflexões e inquietações sobre a prática neste setor e o cotidiano escolar dentro do Instituto Federal do Paraná.

No decorrer da pesquisa observou-se que o servidor Assistente de Alunos é a função que mais enfrenta problemas na execução das suas atividades. A compreensão do seu papel pedagógico e acolhedor dentro do *campus* é interpretado de maneiras diferenciadas, tanto pelos diretores quanto mesmo pelos concursados nesta função. As pesquisas sobre este cargo tão importante nas escolas, são poucas e dentre as que existem, muitas não denominam o cargo como ‘Assistente de Alunos’ e sim como ‘Inspetor de Alunos’, um termo carregado de tradições negativas e que não fortalecem o vínculo com os estudantes.

O objetivo da pesquisa é apresentar e analisar a concepção as atribuições do cargo Assistente de Alunos como forma de valorizar seu papel significativo na formação do estudante do IFPR, por meio da visão destes

servidores e dos diretores gerais e diretores de ensino, pesquisa e extensão dos *campi* do IFPR.

A partir da concepção de que todos na escola são educadores, o presente artigo traz a importância deste servidor e os conflitos que envolvem suas atribuições.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Nesta seção foram abordadas as questões metodológicas do estudo, a fundamentação teórica e a análise dos dados coletados.

### **2.1 Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida por meio do pensamento de que os problemas relevantes encontrados no mundo são solucionados, muitas vezes, por pesquisas científicas, cujos resultados contribuem com o desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade, seu maior objetivo.

A natureza da pesquisa é aplicada, pois resultará em conhecimentos para a prática de solução de problemas específicos do cotidiano dos servidores envolvidos. Trata-se também de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, uma vez que terá a investigação sobre o tema por meio de pesquisas bibliográficas agregando conhecimento, auxiliando na produção de novas ideias e para levantamento dos temas de maior grau de importância para pesquisa, “ela é feita de modo que o pesquisador se torne mais próximo do mundo do seu objeto de pesquisa e forneça informações, além de orientar a elaboração das hipóteses do estudo em questão” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). E descritiva, pois envolveu uma investigação mais minuciosa do problema, com levantamento e tratamento de dados sem interferência da pesquisadora. Por meio dos dados levantados nos questionários à comunidade selecionada para pesquisa:

As pesquisas descritivas são, juntamente as pesquisas exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam

uma nova visão do problema (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

A abordagem qualitativa será a que permeia o trabalho, pois os dados serão analisados de forma minuciosa e serão apresentados de forma descritiva, levando em consideração o ponto de vista dos envolvidos. Conforme Creswell:

É uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa, sendo este método mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa. Enquanto pesquisa qualitativa, o objeto investigado é explorado para se entender seu significado e sua relação com o aspecto social, principalmente, a maneira como os sujeitos absorvem e interpretam seu impacto (Creswell, 2010, p. 27).

Esta abordagem trouxe um estudo vasto para pesquisa, mostrando as adversidades dentro dos *campi*, pois considera o contexto em que está inserida e os servidores envolvidos.

Realizou-se metodologicamente, uma análise de conteúdo (Bardin, 1977), auxiliando na organização da sequência das etapas que devem ser seguidas para atingir os objetivos da pesquisa. Para a realização deste estudo, foram utilizadas pesquisas de cunho documental e bibliográfico, além do levantamento de dados por meio de questionário semiaberto, *online*, aplicado aos servidores atuantes no setor da SEPAE, gestores, diretores-gerais e diretores de ensino, pesquisa e extensão.

O questionário semiaberto buscou dados dos servidores envolvidos na pesquisa, analisando a sua própria realidade. A pesquisa documental e bibliográfica permitiu realizar o levantamento de documentos, dados, normativas dentro da instituição, livros, artigos e legislações que ajudaram a construir e fortalecer o conhecimento para o desenvolvimento da pesquisa.

Após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética do IFPR, o sigilo foi preservado por meio da substituição dos nomes por identificação, utilizando-se de siglas e números por ordem de resposta ao questionário: DIR - Diretores (Geral; Ensino, Pesquisa e Extensão) e TAE - Técnico Administrativo em Educação.

## 2.2 Todas na escola são educadores

A Lei n.º 9394/96, em seu artigo 14, evidencia o papel dos profissionais da educação dentro da escola e podemos assim interpretar que todos devem participar e ser educadores.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Partimos aqui de Libâneo (2018), que relata que a organização da instituição de ensino ocorre quando a escola é considerada um espaço educativo, onde todos as pessoas que trabalham nela participam de tarefas educativas, embora não de forma igual. O trabalho é proposto sob essas concepções de que todos na escola são educadores e são responsáveis com a educação transformadora da sociedade.

Sant’Anna (2014) refere-se à escola não só como seu espaço físico, mas também como constituída pelas pessoas que as fazem acontecer. A força cultural que vem junto a palavra “educador” é associada, em muitos momentos, somente aos professores, deixando de lado os outros funcionários da escola.

Todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação. Suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa (Pacheco, 2011, p. 9).

Para que a instituição escolar cumpra seu papel na transformação do indivíduo e da sociedade, cada setor ou pessoa que dela faça parte deve executar suas funções para atingir o mesmo propósito, ou seja, a educação emancipatória. O ato de educar é função de todos.

Esse caráter de que todos são educadores é construído por meio do sentimento de pertencimento a instituição e ao projeto político pedagógico da escola; da consciência dos objetivos educacionais, missão e valores da

instituição; e da reflexão do cotidiano escolar para participar de decisões, soluções e sugestões para o bem comum no ambiente escolar.

A Lei n.º 12.014/2009, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, modificou o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), apresentando em sua essência quem são os profissionais da educação, retratando assim que todos dentro do ambiente escolar são educadores: “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos” (Brasil, 2009).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, na apostila do curso Profucionário<sup>3</sup> (Monlevade, 2005), o retrato e o grande desafio para a concepção de que todos os trabalhadores na escola são educadores:

É claro que essa nova concepção não se efetiva da noite para o dia. Mas é necessário que firmemos uma posição clara e definitiva. Não é o diploma de professor que o torna educador, mas o seu compromisso com o aprendizado do aluno, a atitude diante dos valores, a perícia em se atualizar constante – mente no domínio de seus conhecimentos... Temos de aprofundar a descrição da identidade dos funcionários como educadores escolares (Monlevade, 2005, p. 67).

Em reconhecimento a estes profissionais, foi sancionada a Lei Federal n.º 13.054/2014, pela então presidente da república Dilma Rousseff, que instituiu o dia 6 de agosto como o Dia Nacional dos Profissionais de Educação. “Art. 1º É instituído o Dia Nacional dos Profissionais da Educação, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 6 de agosto” (Brasil, 2014).

Neste sentido, só confirma o papel de educador que os profissionais da SEPAE possuem, com destaque ao servidor concursado no cargo de Assistente de Alunos, fundamental no desenvolvimento social, cultural e social do estudante.

---

<sup>3</sup> Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário) é o programa indutor da formação em serviço de profissionais da educação básica que trabalham em escolas e órgãos das redes públicas de ensino.

### 2.3 Assistente de Alunos

Todo cargo, para ser exercido de maneira responsável e eficiente, é necessário que o profissional tenha conhecimento sobre suas atividades. Estas capacidades variam conforme o nível hierárquico e a área de atuação.

As atividades apresentadas são baseadas no Ofício Circular n.º 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC (Brasil, 2005) que apresenta a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público.

O Assistente de Alunos está classificado no nível C, sendo exigência para investidura em concurso a escolaridade de ensino médio completo e com comprovação de experiência de 6 meses. Este servidor atua diretamente com os estudantes e, por muitas vezes, se torna uma ligação entre os demais servidores da SEPAE e os discentes. Por este vínculo retilíneo, ele é o primeiro servidor a ter contato com demandas de indisciplina, saúde física e mental, pedagógicas, sociais que os estudantes apresentam, como consta na descrição do cargo: “Assistir e orientar os alunos no aspecto de disciplina, lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene, dentro das dependências escolares. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 2005).

Nesta pesquisa tivemos a participação de 12 Assistentes de Alunos, sendo que 50% concordaram com a descrição apresentada pelo Ministério da Educação e a outra metade discordaram da descrição.

O ofício do MEC apresenta as seguintes atribuições para o cargo em questão:

---

**Tabela 1 - Atribuições do cargo Assistente de Alunos**

---

- 1 - Orientar os alunos nos aspectos comportamentais.
- 2 - Assistir os alunos nos horários de lazer.

- 3 - Zelar pela integridade física dos alunos.
- 4 - Encaminhar os alunos à assistência médica e odontológica emergenciais, quando necessário.
- 5 - Zelar pela manutenção, conservação e higiene das dependências da IFE.
- 6 - Assistir o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas com os materiais necessários e execução de suas atividades.
- 7 - Utilizar recursos de informática.
- 8 - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

**Fonte:** MEC (2005)

No questionário realizado para o cargo, foi perguntado quais dessas atribuições eles executam no seu ambiente de trabalho. Nenhuma das atribuições apresentada foi escolhida por unanimidade pelos servidores do cargo. A atribuição “Orientar os alunos nos aspectos comportamentais” foi a opção mais assinalada. Quando foi dada a opção “Outras”, destaca-se a descrição: “tarefas burocráticas”.

**Tabela 2 - Atribuições exercidas pelos TAEs de cargo Assistente de Alunos**

**Atribuições específicas para o cargo de Assistente de Alunos. Assinale quais destas atribuições que desempenha na sua rotina de trabalho:**

Orientar os alunos nos aspectos comportamentais.	11
Assistir os alunos nos horários de lazer.	10
Zelar pela integridade física dos alunos.	9
Encaminhar os alunos à assistência médica e odontológica emergenciais, quando necessário.	7
Zelar pela manutenção, conservação e higiene das dependências da instituição.	9
Assistir o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas com os materiais necessários e execução de suas atividades.	10
Outras*	4
<b>Outras*</b>	
Orientação em relação às normas institucionais, bolsas, auxílios.	
Auxiliar nos encaminhamentos dos estudantes, de acordo com as demandas apresentadas.	
Tarefas burocráticas.	
Auxiliar SEPAE em diversas atividades.	

---

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

Observa-se, na tabela acima, que os colegas Assistentes de Alunos citaram bolsas e auxílios dos Programas de Assistência Estudantil, porém, mesmo participando desse momento, de outros importantes, e sendo considerado por eles e pelos colegas de setor como membro da equipe multiprofissional, no *site* do IFPR, no menu Acadêmico, na Assistência Estudantil, percebe-se a falta de menção deste cargo na explanação sobre a composição da equipe multidisciplinar nos *campi*, o que é visto com estranhamento devido à importância e o elo destes profissionais com os estudantes na rotina escola:

A Equipe Multidisciplinar, formada pelos: Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Psicólogos, Assistentes Sociais, Tradutores e Intérpretes de Libras e docentes são agentes responsáveis por dar atendimento a cada estudante, notando suas dificuldades, estimulando as áreas de facilidade e interesse, fomentando suas capacidades intelectuais, físicas, motivando-os de forma a compreender a realidade do mundo pós-moderno, a importância do seu espaço na sociedade, e exaltando suas contribuições através de pesquisas, elaboração de projetos, etc. (IFPR, 2022).

Destacam-se alguns relatos, dos participantes da pesquisa, sobre o envolvimento com questões burocráticas, que “fogem das suas atribuições” de Assistente de Alunos. O TAE1, ao ser questionado sobre as atribuições, demonstra esgotamento com esse debate e sem perspectivas de mudanças: “Exausta de tantas vezes ser abordada sobre as atribuições” (TAE1). E o TAE2 afirmou que: “O documento dos Assistentes de Alunos no meu *campus* já está vigente e homologado pelo Codic há quase 3 anos. O estadual já está pronto, contudo, ainda não concluiu seu processo de homologação institucional” (TAE2).

O relato que mais chamou a atenção foi do TAE3: “fazer a chamada da frequência nas salas de aulas, tendo em vista que os docentes não lançam no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) diariamente” (TAE3).

No IFPR não há regulamentação própria sobre como deve ser realizado o registro de frequência dos estudantes, mas na Resolução n.º 54, de 21 de

dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização didático-pedagógica da educação profissional técnica de nível médio do IFPR, fica explícito que o preenchimento de frequência é de responsabilidade do docente.

Artigo 84, § 2º É de inteira responsabilidade do professor o preenchimento completo e a assinatura do registro de frequência e aproveitamento acadêmico e de conteúdos ministrados, ficando vedada a delegação de competência e responsabilidade (IFPR, 2011).

Sobre os colegas que relataram ter que substituir professor em sala de aula, a LDBEN evidencia que:

**Art. 13.** Os docentes incumbir-se-ão de: [...] **II** - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; **III** - zelar pela aprendizagem dos alunos; [...] **V** - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (Brasil, 1996).

Como contraponto, os 21 (vinte e um) diretores foram questionados sobre as atribuições que a SEPAE não desenvolve no *campus* e que o gestor identifica como sendo responsabilidade do setor. No questionário foi perguntado a eles se há atribuições que não são realizadas pela SEPAE no seu *campus*, mas que consideram que faça parte das atividades da seção. Dentre os 21 (vinte e um) respondentes, 6 (seis) diretores afirmaram que julgam ocorrer a situação no seu *campus*, sendo que desses, 3 (três) descreveram as atividades.

**Tabela 3** - Atribuições que as direções julgam ser da Equipe da SEPAE ou de um cargo específico

<b>Agrupamento</b>	<b>Números de citações</b>
Maior acompanhamento domiciliar e familiar de casos de vulnerabilidade.	1
Atividades relacionadas ao cargo Assistentes de Alunos.	2

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

Também se destacam o depoimento de dois diretores, que descrevem que os Assistentes de Alunos não desenvolvem todas as suas atribuições,

**Revista Mundi Sociais e Humanidades.** Curitiba, PR, Dossiê I Ciset, p. 01-18, 2024.

como relatado pelo DIR1: “Os assistentes de alunos ficam a desejar no desempenho de suas funções - ficando tão somente no assistir os estudantes” (DIR1). E o DIR10 apontou:

A atividade dos Assistentes de Alunos precisa ser mais bem esclarecida. Na minha visão, o Assistente de Alunos deve estar disponível próximo às salas de aula para apoiar, dar suporte aos estudantes no que for necessário para sua permanência e bem-estar no *campus* e no curso. Porém, muitas vezes, estão apenas presentes ali, assistindo os alunos no sentido de olhá-los, mas não de cuidá-los, apoiá-los, auxiliá-los.

O TAE7 fez um relato que essa visão de que o cargo não faz parte da SEPAE também é vista pelo diretor do *campus* em que atua: “Segundo o Diretor-Geral, os Assistentes de Alunos são um setor a parte, apesar de isso não estar no organograma” (TAE7). A concepção de uma instituição de ensino é concebida na estrutura e organização do seu organograma e essa visão desigual entre os gestores e servidores demonstra que a discussão e estruturação deve ser analisada desde a construção do organograma institucional.

Toda instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna [...] o termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso, a escola. Essa estrutura é, geralmente, representada graficamente num organograma – que mostra as inter-relações entre vários setores e funções de uma organização e serviço. Evidentemente, a forma do organograma reflete a concepção de organização e gestão (Libâneo, 2018, p. 107).

Pela demanda dos Assistentes de Alunos, em prol de auxiliar na clareza das atividades deste cargo, houve uma reunião no final do ano letivo de 2019, no qual foi instituída pela Pró-reitoria de Ensino (Proens) da instituição, um grupo de trabalho (GT), por meio da Portaria n.º 934, de 10 de novembro de 2020, composto por 4 Assistentes de Alunos, 1 Técnico em Assuntos Educacionais, 1 Assistente Social, 2 Pedagogas e 1 Docente, do quadro efetivo do IFPR.

O GT autuou um processo de registro e proposta de resolução no

Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IFPR<sup>4</sup>. Neste processo, constam 21 atas de registro de reuniões e a minuta da resolução que estabelece as atribuições para o cargo Assistente de Alunos, do quadro de servidores técnicos administrativos em educação, no âmbito do Instituto Federal do Paraná, datada em 18 de março de 2021. Porém, até 05 de outubro de 2022, como consta no processo, a publicação não ocorreu. O último documento anexado, no processo é do dia 19 de setembro de 2022, uma carta endereçada ao Pró-reitor de Ensino solicitando um posicionamento sobre o trabalho realizado pelo grupo.

Conforme a proposta realizada neste GT, uma das grandes indicações são as atribuições do cargo:

Art. 3º São atribuições do GT Assistente de Alunos:

I - diagnosticar a atuação dos Assistentes de Alunos nos *campi* do IFPR;

II - promover o diálogo entre os servidores ocupantes do cargo efetivo de Assistente de Alunos acerca de diretrizes gerais que possam nortear a ação desses profissionais com base no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE);

III - promover o diálogo com os gestores dos *campi* e servidores ligados às atividades de ensino dos *campi* quanto à ação dos Assistentes de Alunos;

IV - propor minuta de resolução acerca das Diretrizes para Atuação dos Assistentes de Alunos(a) no âmbito do IFPR;

V - submeter à consulta interna junto aos estudantes do IFPR a minuta de resolução prevista no inciso IV;

VI - sistematizar o resultado da consulta interna prevista no inciso V;

VII - apresentar à Pró-reitoria de Ensino (Proens) a versão final da minuta de resolução prevista no inciso IV;

VIII - produzir registros de todas as suas ações e decisões; e

IX - produzir relatório final de suas atividades em até 15 (quinze) dias após a conclusão dos trabalhos (IFPR, 2020).

Essa orientação ou mesmo normatização sobre o cargo sanaria muitos problemas envolvendo as atividades do cargo em questão. O Assistente de Alunos é um membro essencial dentro da equipe da SEPAAE, pois tem o contato direto com o estudante e pode detectar possíveis problemas que estejam afetando o processo de ensino e aprendizagem, seja por meio de uma pesquisa, conversa ou somente pela observação do cotidiano escolar dos discentes.

---

<sup>4</sup> Sob o número 23411.005345/2020-75, datado no dia 31 de março de 2020.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar e analisar a concepção as atribuições do cargo Assistente de Alunos como forma de valorizar seu papel significativo na formação do estudante do IFPR, por meio da visão destes servidores, dos diretores gerais e diretores de ensino, pesquisa e extensão dos *campi* do IFPR.

Compreende-se que este objetivo foi atingido, uma vez que a revisão bibliográfica foi realizada, a “escuta” foi feita com os servidores deste cargo, diretores e, a partir disso, realizou-se a análise dessas duas percepções. Os Assistentes de Alunos desempenham múltiplas funções, envolvem-se em sistemas burocráticos que, muitas vezes, são interpretados como suas atribuições pelos seus colegas de trabalho lotados no setor e também pelos diretores entrevistados. Um fato que se pode destacar é o desejo dos Assistentes de Alunos de regulamentar internamente suas atividades para poderem contribuir para a Educação Profissional e Tecnológica no IFPR.

Como verificado na análise dos dados, especialmente pelas declarações dos entrevistados, predomina entre os Assistentes de Alunos interesses comuns compartilhados, como: a efetiva participação dentro da SEPAE e a valorização das suas atribuições, indo além do “inspecionar estudantes”; relatam que são excluídos do processo de ensino e aprendizagem, da integração entre os profissionais da SEPAE.

Foi possível perceber que os documentos da instituição necessitam atualizações e que por meio de planejamentos e interesses coletivos, trabalho e organização coletiva, pode-se desenvolver importantes propostas para auxiliar o trabalho destes servidores.

Ao analisar as respostas entre os servidores participantes (TAEs e diretores), verificou-se que o relacionamento interpessoal está sendo afetado, transparecendo uma certa desconfiança de ambos os lados, justamente pela interpretação diferenciada das atribuições do cargo em questão.

A pesquisa voltada à educação e aos educadores não se esgota. As concepções, ideias, anseios e descobertas têm diversas perspectivas. Fica

como sugestão para trabalhos futuros, um aprofundamento de pesquisas acerca deste cargo, pois são poucos estudos publicados e, percebeu-se durante a pesquisa, a insatisfação, por parte dos colegas Assistentes de Alunos serem percebidos, muitas vezes, como um servidor “multiuso e sem identidade”.

Em toda a pesquisa o olhar humanizado, sensível e reflexivo se fez presente, pois os envolvidos são muito mais que profissionais, são pessoas que tem seus desafios, suas inseguranças, seus anseios e demonstram ter consciência das suas responsabilidades como agentes transformadores e articuladores da EPT no IFPR. Eles desejam que todos os estudantes da instituição tenham acesso a uma escola de qualidade, “uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural, pedagógica” (Libâneo, 2018, p. 49).

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALONSO, M. O Trabalho Coletivo na Escola. Em: **Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002. p. 23–28.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8948&ano=1994&ato=b5dUTRU50dJpWT0da>. Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Dispõe Disponível em:

**Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, Dossiê I Ciset, p. 01-18, 2024.

Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.014, de 6 de agosto de 2009.** Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 13.054, de 22 de dezembro de 2014.** Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13054.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.054%2C%20DE%2022%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202014.&text=A%20PRESIDENTA%20DA%20REP%C3%A9BLICA%20Fa%C3%A7o,no%20dia%206%20de%20agosto](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13054.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.054%2C%20DE%2022%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202014.&text=A%20PRESIDENTA%20DA%20REP%C3%A9BLICA%20Fa%C3%A7o,no%20dia%206%20de%20agosto). Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Diário Oficial da União, de 31 de dezembro de 2018.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2018/12/31>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Portaria n.º 44, de 21 de janeiro de 2022 - DOU.** Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-44-de-21-de-janeiro-de-2022-375565076>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL, M. DA E. Ofício circular n.º 2005/CGGP/SAA/SE/MEC, 28 de novembro de 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, L. G. M.; FERREIRA, T. J. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e docência**, v. 5, n. 2, p. 06–23, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

**Revista Mundi Sociais e Humanidades.** Curitiba, PR, Dossiê I Ciset, p. 01-18, 2024.

IFPR. **Resolução n.º 54, de 21 de dezembro de 2011.** Dispõe Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/01/Res.-54.11-.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **PDI 2019-2023**, 2018. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/informacoes-institucionais/pdi-plano-de-desenvolvimento-institucional/>. Acesso em: 12 out. 2022.

IFPR. **Portaria n.º 592, de 25 de maio de 2021.** Manual de Competências, 2021. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/01/Res.-54.11-.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. São Paulo: Editora Heccus, 2018.

OLIVEIRA, A. A. S. DE. **Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva.** **Acervo Digital da Unesp**, [s.d.].

PACHECO, E. **Institutos Federais—uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora.** Natal: Editora IFRN, 2015.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

SANT'ANNA, Geraldo José. **Planejamento, Gestão e Legislação Escolar.** São Paulo: Érica, 2014.

SILVA, M. E. DA. **A formação de professores para a emancipação humana: possibilidades da pesquisa-ensino-extensão na universidade.** Revelli, v. 11, 2019.